

Artículos



Estudos tipológicos sobre regimes de bem-estar latino-americanos: contribuições e consensos

Typological studies on latin american welfare regimes: contributions and consensus

Geralda Luiza de Miranda*, Sandra Gomes**
y Manoel Leonardo W. D. Santos***

Recibido: 09/10/2024 - Aceptado: 09/01/2025

Resumo

O artigo analisa comparativamente as contribuições de um universo de 24 estudos tipológicos e classificatórios dos regimes de bem-estar latino-americanos, distinguindo os que apontam a convergência desses regimes daqueles que destacam sua divergência na região. As perguntas que orientam a análise abrangem a fundamentação teórica e empírica dos estudos e, entre os que destacam a divergência, sua contribuição para a compreensão dos efeitos das provisões sobre a desmercantilização e estratificação social e o nível de consenso conceitual e metodológico alcançado. Verifica-se alto consenso na avaliação das provisões estatais, com respostas consistentes sobre os efeitos das políticas sobre a desmercantilização e estratificação; dissenso nas medidas das provisões advindas do mercado e das famílias e temáticas ainda não abordadas ou tratadas pontualmente, especificamente, a participação das empresas na provisão do bem-estar, welfare corporativo, e a que o Estado desenvolve mediante renúncia fiscal, welfare fiscal.

Palavras-chave: Regime de bem-estar, sistema de proteção social, América Latina, políticas sociais, estudos comparativos.

Resumen

El artículo analiza comparativamente los aportes de un universo de 24 estudios tipológicos y clasificatorios de los regímenes de bienestar latinoamericanos, distinguiendo aquellos que apuntan a la convergencia de dichos regímenes de aquellos que resaltan a su divergencia en la región. Las preguntas que guían el análisis abarcan el fundamento teórico y empírico de los estudios y, entre las que destacan la divergencia, su contribución a la comprensión de los efectos de las disposiciones sobre la desmercantilización y la estratificación social y el nivel de consenso conceptual y metodológico alcanzado. Existe un alto consenso en la evaluación de las disposiciones estatales, con respuestas consistentes sobre los efectos de las políticas sobre la desmercantilización y la estratificación; disidencias en las medidas de provisiones provenientes del mercado y de las familias y temas aún no abordados o tratados puntualmente, específicamente, la participación de las empresas en la provisión de bienestar, el bienestar empresarial, y el que el Estado desarrolla a través de la condonación de impuestos, el bienestar fiscal.

Palabras clave: régimen de bienestar, sistema de protección social, América Latina, políticas sociales, estudios comparados.

* Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: geraldaluzademiranda@gmail.com

** Professora do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: sandra.gomes@ufrn.br

*** Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: manoel.leonardo.santos@gmail.com

Abstract

This article comparatively analyzes the contributions of a universe of 24 typological and classificatory studies of Latin American welfare regimes, distinguishing those that indicate convergence of these regimes from those that highlight divergence in the region. The questions that guide the analysis cover the theoretical and empirical basis of the studies and, among those that highlight divergence, their contribution to understanding the effects of provisions on decommodification and social stratification and the level of conceptual and methodological consensus achieved. There is a high level of consensus in the assessment of state provisions, with consistent responses on the effects of policies on decommodification and stratification; disagreement in the measures of provisions originating from the market and families and themes that have not yet been addressed or dealt with specifically, specifically, the participation of companies in the provision of welfare, corporate welfare, and that which the State develops through tax exemptions, fiscal welfare.

Keywords: welfare regime, social protection system, Latin America, social policies, comparative studies.

Introdução

86

Nas últimas décadas, têm sido empreendidos esforços relevantes para compreender e classificar as diferentes formas de provisão do bem-estar em diferentes partes do mundo¹. Com foco nos países latino-americanos, essa agenda de pesquisa foi inaugurada ainda na década de 1970, abarcando as provisões estatais, as políticas sociais, em sua totalidade ou apenas parte delas, ampliando-se, a partir do final do século, para as provisões asseguradas pelo mercado e as famílias. A essa variação de escopo se acrescentam variações de metodologia e perspectivas teóricas. No que se refere à metodologia, verificam-se estudos de casos comparados, que analisam relações entre variáveis, e análises comparativas baseadas em variáveis, nos termos de George e Bennett (2005). Parte das análises apontam a convergência dos regimes em determinada em direção, e as demais destacam sua variação na região. Em ambas as perspectivas, argumenta-se haver maior ou menor distanciamento entre esses regimes e os tipos clássicos de *welfare state*, tal como definidos por Esping-Andersen (1990).

O objeto deste artigo são os estudos comparativos que visam compreender o formato assumido pelos regimes de bem-estar nos países latino-americanos. Tendo em vista a variação de escopo e perspectivas teóricas e analíticas adotados nesses estudos e, principalmente, o esforço da totalidade dos analistas em demarcar a diferença entre o objeto analisado e os tipos clássicos de regimes de *welfare state*, compreende-se que esse objeto pode ser denominado ‘regimes de bem-estar’, nos termos de Gough (2004). Definindo “regime” como “um conjunto de regras, instituições e interesses estruturados que restringem os indivíduos por meio de procedimentos de

¹ Este artigo conjuga esforços de dois projetos de pesquisa: “Regimes de bem-estar social na América Latina”, coordenado pela prof. Geralda Miranda, e “O que explica a diversidade das ações governamentais na gestão da pandemia da Covid-19 e quais são seus efeitos?”, coordenado pela prof. Telma Menicucci, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos esse apoio e as valiosas contribuições dos pareceristas anônimos da Revista Mundos Plurales.

conformidade”, o autor argumenta que a diferença entre eles está relacionada com “(a) diferentes padrões de estado, mercado e formas familiares de provisão social, (b) diferentes resultados de bem-estar, avaliados de acordo com o grau em que o trabalho é ‘desmercantilizado’ ou protegido das forças do mercado, e (c) diferentes resultados de estratificação” (Gough 2004, 23).

Assim, a definição de regime de bem-estar de Gough (2004) segue a trilha aberta por Esping-Andersen (1990, 1991, 1999), cujo objeto de análise são os regimes de *welfare state* que emergiram nos países desenvolvidos, definidos como um “conjunto de arranjos institucionais, regras e entendimentos que guiam e formatam decisões políticas concorrentes, os gastos e as definições de problemas” (Esping-Andersen 1990, 80). Nesses regimes, ainda de acordo com Esping-Andersen (1991, 101), “as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família”, resultando em diferentes níveis de estratificação social, desmercadorização da força-de-trabalho e de familiarismo (bem-estar a cargo das famílias) e desfamiliarização, um resultado da desmercadorização garantida por políticas sociais (Esping-Andersen 1999).

Apesar de destacar efeitos semelhantes, o conceito de regime de bem-estar de Gough (2004) tem escopo mais amplo que o de regime de *welfare state*, abarcando os arranjos existentes em países de desenvolvimento tardio e em transição do Sul e Leste globais, nos quais, dentre outras coisas: (i) o modo de produção não é exclusivamente capitalista, ao qual se acrescentam “a produção direta de alimentos e outros bens e serviços, emprego em mercados informais de trabalho, o papel produtivo dos recursos comunitários, conexões de parentesco, contrabando e atividades ilegais” (Gough 2004, 28); (ii) a ideia de subsistência substitui a de remuneração e salários, com famílias e indivíduos mobilizando diversas estratégias de sobrevivência; (iii) há envolvimento de uma gama maior de instituições e atores (além do Estado, mercado e famílias) na modificação de estruturas de subsistência e seus resultados, por exemplo, comunidades, organizações sociais, organizações internacionais e dimensões do setor doméstico, como migrações e remessas.

O objetivo deste artigo é contribuir na avaliação do estágio de desenvolvimento da agenda de pesquisa comparada tipológica e classificatória sobre os regimes de bem-estar latino-americanos, os quais, como será visto, recebem diferentes denominações nos estudos selecionados. Tendo como ponto de partida as preocupações clássicas, em especial as explicitadas por Esping-Andersen (1990, 1991) e Gough (2004), as perguntas que orientam a investigação são as seguintes: (i) qual é a fundamentação teórica, analítica e empírica da convergência ou variação dos regimes de bem-estar latino-americanos? Nos estudos que apontam variação, (ii) é possível apreender níveis diferenciados de desmercantilização da força-de-trabalho e estratificação social da provisão de bem-estar entre os regimes e (iii) quais são as

provisões de bem-estar analisadas e o nível de consenso em torno das medidas mobilizadas para aferir seu desempenho e sustentar a classificação dos países?

A seleção dos estudos ocorreu mediante pesquisa nas principais bases científicas (*Scientific Electronic Library Online – Scielo; Scopus* - Base de Dados Bibliográfica), complementada por outras referências (Andrade 2012; Steffen e Cortês 2018; Cruz-Martínez 2019). Apenas os estudos que classificam os regimes de modo comparativo, com um número mínimo de casos, foram selecionados para a análise. Foram excluídos estudos de apenas um ou poucos países ou, ainda, que não apresentam propostas de classificação. Quando encontrados mais de um estudo do mesmo autor, foram incorporados apenas os que apresentam tipologias ou classificações novas. Com esses procedimentos, foram selecionados 24 estudos comparativos, sendo que cinco apontam a convergência dos regimes em direção diferente dos *welfare states* clássicos, e 19 destacam sua variação na América Latina.

A análise é dividida em duas seções. Na primeira, é respondida a primeira pergunta, distinguindo-se os fundamentos teóricos e empíricos dos dois grupos de estudos: o que aponta a convergência dos regimes de bem-estar na região e o que enfatiza sua divergência, mapeando-se, nestes, os provedores e dimensões de análise contempladas e a classificação dos países. Na segunda seção, são mapeados os indicadores mobilizados nas tipologias, avaliando-se se estas revelam níveis diferenciados de desmercantilização e estratificação e o grau de consenso em torno das medidas. Na conclusão, além de destacar os achados, são indicadas dimensões em que o esforço de pesquisa comparada sobre os regimes de bem-estar latino-americanos ainda é incipiente ou ausente.

Os fundamentos teóricos e empíricos da convergência e divergência dos regimes de bem-estar latino-americanos

O objeto de análise dos 24 estudos comparativos dos regimes de bem-estar latino-americanos é, como antecipado, denominado de forma variada. Os estudos que colocam foco na provisão estatal o denominam Estado Social, Estado Latino-Americano Desenvolvimentista de Bem-Estar Social (Eladbes), Regime de Bem-Estar, Estado de Bem-Estar, Sistema de Proteção, Modelo de Proteção Social e, por fim, Regime de Política Social, argumentando sua especificidade na América Latina: por aqui, o equilíbrio entre as instituições responsáveis pela produção do bem-estar - o *mix* Estado, mercado e famílias a que se refere Esping-Andersen (1990, 1991, 1999) - seria diferente do que se verifica nos países desenvolvidos, e as influências econômicas e políticas sobre a configuração e resultados das políticas sociais seriam diversas e, por vezes, deletérias. Os demais

estudos se dividem entre os que focam políticas sociais específicas e os que abarcam a provisão feita pelo mercado e ou famílias, denominando seu objeto também variadamente: Regime de Bem-Estar, Sistema de Proteção Social e Regime de Proteção Social.

Destaca-se que, em todos os estudos analisados, o argumento de que os regimes de bem-estar latino-americanos se distanciam ou diferem dos regimes de *welfare state* dos países desenvolvidos, bem como as tipologias que evidenciam sua variação na região, foram construídas indutivamente; sustentam-se em um conhecimento qualificado da trajetória econômica e política dos países latino-americanos e ou da configuração das provisões de bem-estar, sejam as garantidas pelo Estado, sejam as garantidas pelo mercado e famílias. Destaca-se ainda que, como antecipado na introdução, em algumas análises, especificamente as que pretendem explicar a diferença entre os regimes que emergiram na região, comparam-se não apenas variáveis entre os casos, mas também a relação entre variáveis qualitativas e o tipo de regime construído, caracterizando-se como estudos de casos comparados, nos termos de George e Bennett (2005).

No que segue, são apresentados, primeiro, os cinco estudos que apontam a convergência dos regimes de bem-estar latino-americanos para tipos distintos dos que emergiram em países desenvolvidos; na sequência, o foco é colocado nos estudos que apontam a variação desses regimes na região e na classificação dos países nas diferentes tipologias.

Os fundamentos teóricos da convergência dos regimes

As cinco análises que apontam a convergência dos regimes de bem-estar latino-americanos atribuem sua especificidade, relativamente aos tipos liberal, conservador e social-democrata, nos termos de Esping-Andersen (1990), a variáveis políticas e ou econômicas, predominantemente o tipo histórico de desenvolvimento econômico da região e aos níveis muito mais elevados de trabalhadores atuando no mercado de trabalho informal.

Os primeiros estudos desse grupo são os de Draibe, do início da década de 1990, e o de Fiori, de 1997. Nos anos seguintes, surgem os estudos de Fleury e Molina (2002), Mejía-Ortega e Franco-Giraldo (2007), Barrientos (2004), além de Draibe e Riesco (2011) que consolida grande parte da reflexão de Draibe sobre a temática. Cabe destacar que, ao afirmarem a convergência dos regimes de bem-estar latino-americanos, esses analistas não negam sua variação na região, mas sua principal contribuição consiste em explicar sua especificidade.

No entendimento de Fiori (1997), a convergência dos *welfare states* latino-americanos resulta do ambiente econômico configurado pelos modelos de desenvolvimento adotados em duas fases da trajetória econômica da região:

1930-1980 e pós-1980. Na primeira, caracterizada pelo keynesianismo, crescimento e pleno emprego e avanço das democracias partidárias, combinavam-se “em cada país, o assistencialismo e as intervenções típicas de tipo liberal com alguns sistemas universais de prestação de serviços de preservação ou mesmo complementação da renda” (Fiori 1997, 137), configurando *welfare states* periféricos, atrofiados. Na segunda fase, marcada por reformas macroeconômicas e dos Estados e reestruturação industrial, esses *welfare states* foram ainda mais precarizados, com a “remercantilização” da força de trabalho, a contenção ou desmontagem dos sindicatos, a desregulação dos mercados de trabalho e a privatização de muitos dos serviços sociais que estiveram previamente em mãos dos Estados” (Fiori 1997, 142).

Fleury e Molina (2002) argumentam que os dois tipos de sistema de proteção social existentes na região (seguridade; saúde e educação) se derivam do modelo de desenvolvimento da região, dado que o processo econômico (industrialização) se articula com processos sociais (emergência de novos atores e transformação das relações sociais) e políticos (lutas que se desdobraram em respostas políticas e institucionais). Com foco na seguridade, argumentam que, em contextos em que a classe trabalhadora se constitui de forma homogênea, emergem sistemas universalistas, mas, em regiões que seguiram a rota conservadora, como na América Latina, essa classe se constituiu de forma fragmentada, do que decorre a emergência de sistemas marcados pela estratificação e exclusão da população não inserida formalmente no mercado de trabalho.

Mejía-Ortega e Franco-Giraldo (2007) também apontam a influência do modelo de desenvolvimento econômico sobre os sistemas de política social, mas distinguem três modelos e três sistemas. Em seu entendimento, ao modelo voltado para o mercado externo (até 1930) corresponde a política social baseada na iniciativa privada, como cooperativas de ajuda mútua; ao modelo baseado no mercado interno (1930-1980), a política social baseada no seguro social, com foco nos trabalhadores assalariados; e ao modelo de abertura econômica e confiança no mercado externo (pós-1980), a política neosocial atomizada e seletiva com ênfase na geração de capital humano, redes mínimas de proteção social, focalização e seguros privados.

Draibe e Riesco (2011), por seu turno, apontam convergência dos Eladbes para o tipo meritocrático ou conservador, ao final da década de 1970, também resultado do modelo de desenvolvimento econômico da região. Com as reformas dos anos 1980, quando uma nova estratégia de desenvolvimento, a liberal, adquire hegemonia na região, os Eladbes assumem um novo formato, cujos contornos estariam ainda indefinidos. Segundo os autores, a influência do Estado desenvolvimentista sobre a política social se deve ao fato de ele ter presidido as primeiras etapas da transição à modernidade, desempenhando papéis econômico e social. Nesse esforço, podem ser distinguidas quatro rotas que explicam sua variação: colonial clássica sobre os antigos

impérios; modernidade precoce, sustentada pela imigração tardia; colonos pobres à margem dos antigos impérios; e sociedades escravistas e de *plantations*. Mas, independentemente das rotas, as políticas sociais cumpriram o papel de “proteção aos trabalhadores assalariados” (Draibe e Riesco 2011, 240). Sendo assim, os esquemas protetivos foram “referidos ao homem-provedor (...) e à mulher-cuidadora” (Draibe e Riesco 2011, 240). Esses esquemas se caracterizaram, ainda, pela exclusão de importantes segmentos: “a população rural, os pobres urbanos e a massa de integrantes do crescente mercado informal de trabalho” (Draibe e Riesco 2011, 231). A partir da década de 1980, os Eladbes foram reestruturados em dois eixos: no primeiro, houve aumento da provisão mercantil dos bens e serviços e, no segundo, reforço e expansão de programas focalizados. Em ambos os eixos, afirmam os autores, as organizações não governamentais e o setor privado ampliaram seu espaço na provisão social.

Embora também aponte a convergência dos regimes de bem-estar latino-americanos, o trabalho de Barrientos (2004) destaca-se dos precedentes ao ampliar o escopo dos provedores analisados. Argumenta que o bem-estar é produzido por um *mix* de instituições (Estado, mercado e famílias) e que os regimes latino-americanos convergem para o tipo conservador-informal (ou informal-conservador), em virtude da hegemonia alcançada, até 1980, pelo modelo de industrialização substitutiva de importações. Com as reformas das décadas seguintes, inscritas no modelo de crescimento orientado para a exportação, verifica-se a convergência dos regimes para o tipo liberal-informal (ou informal-liberal). Essas reformas, que abrangeram “a liberalização do comércio, a estabilização macroeconômica, a privatização e a liberalização do mercado de trabalho e de capitais” (Barrientos 2004, 141), incidiriam sobre três componentes dos regimes: (i) no seguro social e na provisão pública de saúde e educação, tornando a produção do bem-estar mais dependente de indivíduos e famílias; (ii) na prestação de serviços, onde foi aberta a concorrência entre provedores públicos e privados; e, por fim, (iii) na flexibilização da proteção ao emprego, levando à precarização do mercado de trabalho. Assim, o estudo de Barrientos (2004) recupera teses das análises desenvolvidas na década anterior, mas amplia o escopo de provedores de bem-estar, inspirando, como os precedentes, os trabalhos que têm como foco a variação dos regimes de bem-estar latino-americanos, detalhados na próxima seção.

Os fundamentos teóricos e empíricos da variação dos regimes de bem-estar latino-americanos

Os 19 estudos que apontam a variação dos regimes de bem-estar latino-americanos podem ser distinguidos quanto às variáveis que mobilizam para explicar sua configuração, sustentar as tipologias propostas e orientar a classificação dos países.

Em alguns, a explicação remete para variáveis qualitativas de natureza econômica e ou política, mas a classificação dos países tem como referência também seu desempenho em indicadores quantitativos, que é a estratégia adotada pelos demais.

O trabalho de Filgueira (2005) inscreve-se entre as explicações baseadas em variáveis econômicas e políticas. Seu objetivo é tipificar os Estados Sociais que emergiram em dois períodos históricos distintos da história político-econômica da região: o do Modelo de Substituição de Importações (MSI), de 1930-1970, e a “era de negligência nos anos 80 e a virada liberal dos anos 90” (Filgueira 2005, 4-5). O argumento que orienta a análise do primeiro período é de que as diferenças entre os países se devem ao “caráter excludente do MSI e à organização e respostas dadas pelas elites às pressões dos setores subordinados” (Filgueira 2005, 10), que deram origem a quatro tipos de regime (excludente, dual e universalista, que se distingue em estratificado e igualitário). No segundo período, com o retorno à democracia, houve alterações importantes dos Estados Sociais previamente constituídos, seja mitigando o caráter liberal das reformas, seja permitindo a persistência de grupos privilegiados, dando origem a dois novos tipos de Estado Social: proteção básica inclusivo e universalista residual liberal.

No primeiro período, o Estado Social universalista resultou do embate entre elites adversárias em busca de apoio popular, sendo a política de massas a explicação da expansão dos gastos e cobertura, caracterizando-se pela desmercantilização alta, com cobertura da maioria da população, mas, no caso do universalista estratificado, pela diferenciação nos benefícios e condições de acesso à seguridade e saúde destinados a diferentes segmentos da população e, no caso do universalista igualitário, pelo êxito alcançado na expansão das políticas de educação, cuidados primários de saúde e pensões não-contributivas. O tipo dual resultou da política de massa populista marcada pelo predomínio das elites estatais e cooptação e repressão de setores populares (rural e urbano informal), praticamente excluídos da proteção social. O tipo excludente, por fim, emergiu em países dominados por elites predatórias e caracterizados pela alta heterogeneidade social, cujo resultado é a desigualdade de renda entre e intra os setores rurais e urbanos. Com as reformas pós-1980, os Estados Sociais universalistas estratificados se tornaram universalistas residuais liberais ou de proteção básica inclusivos, incluindo-se, nesse segundo tipo, também os que haviam sido classificados como duais. Nos excludentes, as reformas ampliaram a cobertura em educação e saúde, mas Filgueira não vê avanços significativos e mantém a classificação anterior, conforme indicado nos Quadros 1 e 2, que reúnem todas as classificações feitas nos estudos aqui analisadas.

Também incorporando variáveis econômicas e políticas, Pribble (2011) argumenta que os regimes de política social são explicados pelo “histórico de industrialização de um país e a incorporação de setores marginalizados” (Pribble 2011, 3). O impacto da industrialização deve-se ao fato de ela ter provocado o surgimento da classe trabalhadora

e, assim, de pressões sobre o sistema político para sua incorporação. São distinguidos quatro tipos de regime (incorporação-industrialista mobilizadora, incorporação-industrialista corporativista, incorporação agrária interrompida, e agrário-excludentes), dependendo do ambiente configurado por dois conjuntos de variáveis: a ênfase colocada em políticas de prevenção de riscos (educação e saúde) ou seu enfrentamento (segurança) e respectivas coberturas, que dependem do nível de industrialização alcançado (extensivo, limitado e inexistente), e o grau e a forma de incorporação política (mediante mobilização ou cooptação corporativa, interrompida ou não-incorporação). Destaca-se, ainda, que (a) a distinção entre políticas de prevenção e de enfrentamento de riscos é explicada pelo tipo de retorno obtido pelas elites, que são, nas primeiras, de longo prazo e, nas últimas, imediato; (b) o tipo de incorporação decorre da forma de mobilização ou cooptação e resulta em formas de proteção social distintas: se a incorporação respondeu à mobilização, há altos níveis de políticas de prevenção de riscos e de cobertura; se foi mediada por instituições, prevalecem programas de prevenção de riscos modestos; (c) nos países de industrialização limitada, os setores agrários tiveram sua incorporação interrompida e, nos de industrialização pouco significativa, eles foram excluídos.

Os estudos de Barba (2007, 2019) contribuem com duas tipologias e três classificações dos regimes. No trabalho de 2007, o autor argumenta que a variação dos regimes de bem-estar latino-americanos está relacionada com os modelos de desenvolvimento econômico da região, que deram origem a dois diferentes paradigmas de política social: o de seguro social, construído na “etapa de industrialização orientada para o mercado interno” (Barba 2007, 1), sendo os direitos sociais adquiridos via emprego formal; e o residual, que surgiu com a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho nos anos 1980 e 1990. Para a classificação dos regimes, o autor mobiliza tipologia constituída por três tipos: universalista, dual e excludente². Na classificação dos países nesses tipos ao final da década de 1970, o autor ressalta que os dois últimos se distinguem do primeiro pela queda nos indicadores de cobertura e gasto e, assim, pelos níveis de desmercantilização que promovem, e pelo aumento da heterogeneidade cultural, regressividade e informalidade. Ainda nesse trabalho de 2007, utilizando a mesma tipologia, o autor propõe uma segunda classificação dos países nos três regimes, referida ao final da década de 1990, ao considerar as mudanças neles provocadas pelos processos de ajuste econômico e reforma social e a dinâmica do mercado de trabalho: entre os universalistas, houve crescimento econômico maior ou menor, dependendo do país, desvinculado da geração de emprego formal; nos regimes duais e excludentes, a precarização do trabalho aumentou. No trabalho de 2019, Barba propõe uma nova tipologia dos regimes, argumentando que os três tipos de reforma

² Tipologia construída em 2003, na tese de doutorado intitulada “El Nuevo Paradigma de Bienestar Social Residual y Deslocalizado”, defendida na Universidad de Guadalajara.

realizadas nos últimos 20 anos (neoliberal, universalista, universalista atenuada) provocaram três diferentes efeitos sobre o legado histórico dos regimes (transformação radical, resiliência e transformação intensa, respectivamente), em virtude da ênfase diferente que colocaram em programas de transferência condicionada de renda, políticas de cuidado e pensões não-contributivas e serviços universais de saúde. A nova tipologia é constituída por sete tipos: liberal, dualismo institucionalizado, excludente liberal, liberal reuniversalizado, universalista, dual universalizado e excludente.

Em sua explicação da variação dos *welfare states* latino-americanos, Rudra (2008) também mobiliza variáveis econômicas, especificamente a estratégia de industrialização que, em seu entendimento, desdobra-se na incorporação de diferentes segmentos de trabalhadores mediante políticas sociais específicas. Segundo o autor, no esforço de industrialização, duas estratégias eram possíveis: tornar as empresas internacionalmente competitivas ou insulá-las da competição internacional. Os tipos de *welfare state* que emergiram em resposta a essas estratégias foram três: produtivista, cujos esforços foram direcionados à mercadorização da força-de-trabalho, mediante políticas de educação (primária e secundária) e de saúde primária; protecionista, cujos esforços foram destinados a desmercadorização, mediante políticas de seguridade, habitação, proteção no mercado de trabalho e educação superior; e o dual, que combina características dos dois primeiros, embora com esforço menor. Após a classificação dos países nesses tipos, conforme seu desempenho em gastos com as referidas políticas e mercado de trabalho estatal e privado, o autor os distingue, dentro de cada grupo, em protecionistas e produtivistas, conforme a ênfase verificada nos dois tipos de política.

Na trilha de Barrientos (2004) e Gough (2004), Martinez-Franzoni (2005, 2008) analisa o *mix* público-privado na provisão do bem-estar, acrescentando às provisões estatais aquelas garantidas pelo mercado e pelas famílias, mas destacando a centralidade destas na América Latina. No trabalho de 2005, argumenta que “a análise do bem-estar e as práticas de distribuição de recursos que o tornam possível” se sustentam na “combinação de padrões e desigualdades, tanto socioeconômicas como de gênero” (Martinez-Franzoni 2005, 52). Com base em Polanyi, a autora ressalta que as práticas de distribuição de recursos se organizam em quatro lógicas, conforme as estruturas que as sustentam (autárquicas, simétricas, centralizadas e de mercado). Mas, qualquer que seja a combinação entre essas lógicas, diz Martinez-Franzoni, todos os regimes reestratificam a sociedade e o nível de estratificação pode ser avaliado pelos níveis resultantes de desmercantilização (bem-estar se descolando do poder aquisitivo), desfamiliarização (bem-estar independente da família) e desclientelização (regras universais para o acesso às políticas públicas). Com base nessa argumentação, a autora define três tipos de regime: estatal de provedor único (estadocêntrico), no qual o Estado aloca a maior parte dos recursos para serviços

universais, mas compartilha a produção do bem-estar com o mercado e se organiza a partir da divisão sexual do trabalho; liberal de provedor único (mercado-cêntrico), em que o investimento público continua alto, mas combina gastos em pensões com gastos focalizados em saúde e educação; informal de provedor duplo (mercado-cêntrico com Estado focalizado), no qual os gastos sociais são residuais, embora crescentes. Os níveis de desmercantilização e desfamiliarização são mais altos no regime estadocêntrico, caindo nos regimes mercado-cêntrico e mercado-cêntrico com Estado focalizado, e a desigualdade aumenta no sentido inverso.

No trabalho de 2008, Martinez-Franzoni argumenta que o bem-estar latino-americano se sustenta mais nas relações familiares, sendo mais dependente do trabalho feminino não remunerado. Apresenta, então, uma tipologia constituída por três tipos: estatal-protetcionista, estatal-produtivista e familista, que se diferenciam conforme seu desempenho em quatro variáveis: grau de desmercantilização do bem-estar, possibilitado pelas políticas estatais; grau de mercantilização da força-de-trabalho, refletindo a capacidade do mercado em prover trabalho remunerado e a qualidade desse trabalho; grau de familiarização do bem-estar, especialmente o trabalho feminino, sob a forma de trabalho não-remunerado no domicílio ou de garantia de renda; e, por fim, quanto aos seus impactos nas condições de vida. Na análise empírica, a autora classifica os países em quatro tipos de regime (estatal produtivista, estatal-protetcionista, medianamente familista e altamente familista), conforme seu desempenho em indicadores de capacidade de (des)mercadorização, renda e familiarização.

Marcel e Rivera (2008) ampliam ainda mais o escopo da análise, focando nas provisões de bem-estar oriundas de empresas junto com as do Estado, mercado informal e famílias. Para a definição dos tipos de regime, que se relacionam com o nível de coesão social, consideram que a provisão garantida por cada uma dessas instituições pode variar de intensidade (alto, médio e baixo) e, em um mesmo regime, quanto ao número de provedores, que podem atuar de forma conflitiva ou complementar. A classificação dos regimes é feita em duas etapas. Na primeira, considerando o tipo de provedor predominante, 17 países são distribuídos em sete dos nove tipos de regime teoricamente possíveis e, na segunda etapa, classificados em quatro tipos, considerando as “brechas” –a diferença entre eles e os tipos de regime de *welfare state* clássicos–, e a configuração dos provedores. Os quatro tipos são: estado de bem-estar potencial, em que Estado e mercado são os principais provedores, mas as brechas são altas; conservador-familista, em que empresas e famílias são os principais provedores, e o bem-estar gerado pelo Estado é financiado principalmente por rendas do petróleo; dual, em que predomina a informalidade na provisão, ficando o Estado e o mercado em níveis intermediários; e, por fim, informal-desestatizado, em que a ausência do Estado se combina com alta participação do mercado informal ou da família na provisão do bem-estar.

O último esforço explicativo dos regimes de bem-estar é desenvolvido por Barbosa (2022), que incorpora à análise países de outras partes do globo, com o intuito de comparar diferentes regimes no mundo, mobilizando variáveis econômicas e políticas. Seu objetivo é explicar a expansão dos “Estados de bem-estar tardios” no período 2000-2015, denominado “onda rosa”. A expansão, medida pela média do gasto social com seguridade e saúde, é correlacionada com o “Índice de Balança de Poderes” (IBP), “calculado pela diferença entre forças políticas e institucionais pró e contra a redistribuição” (Barbosa 2022, 158). Verificando correlação alta, os países são classificados em quatro tipos: universalistas com maior esforço, isto é, os que realizaram reformas universalistas, incorporando novas categorias de trabalhadores e estendendo os serviços de saúde; universalistas com menor esforço, que também promoveram reformas universalistas, mas com gasto menor; híbridos, com baixo gasto, os quais, a despeito de alguma expansão, possuem cobertura ainda baixa dos sistemas contributivos; e individualistas-residuais, com menores níveis de gasto e introdução de sistemas de capitalização individual, políticas de renda mínima e assistência social.

Os demais estudos sustentam a classificação dos regimes de bem-estar latino-americanos em variáveis quantitativas e ou no ordenamento de variáveis qualitativas, recorrendo, em alguns casos, a variáveis qualitativas ou a teses de estudos precedentes para sustentar essa classificação.

Os trabalhos de Mesa-Lago, o comparativista latino-americano pioneiro, remontam à segunda metade da década de 1970 e têm foco na seguridade, entendida como o conjunto de programas destinados aos riscos ocupacionais; pensões por velhice, invalidez e de sobrevivente; serviços de saúde e benefícios monetários contra enfermidades e acidentes comuns e maternidade; benefícios familiares; e, por fim, subsídio ao desemprego (Mesa-Lago 1985, 11). Classifica os sistemas em pioneiro, intermediário e retardatário, conforme a antiguidade do programa de pensões (décadas de 20, de 30 e 40 e de 50 e 60, respectivamente) e, prioritariamente, o nível de desenvolvimento da seguridade, mensurado pelo nível de cobertura e configuração dos programas.

Os trabalhos de Gough (2004) e Miranda (2023) também têm escopo mais restrito, focando, respectivamente, nos resultados dos regimes de bem-estar e na solidariedade no financiamento da seguridade. A empiria mobilizada por Gough (2004) abrange 65 regimes de bem-estar do mundo em desenvolvimento e em transição, e a classificação é feita conforme seu desempenho em três indicadores: índice Expectativa de Vida Ajustada por Incapacidade (*disability-adjusted life expectancy-DALE*), da OMS; índice de analfabetismo adulto; e diferença de pobreza nacional. A análise dos dados retorna quatro grupos de regimes. Dos 16 países da América do Sul e Central analisados, 14 são posicionados no grupo 1, e dois, no grupo 3.

A contribuição de Miranda (2023) refere-se à classificação dos países latino-americanos quanto ao nível de solidariedade normativamente estabelecida entre trabalhadores, empregadores e governos no financiamento da seguridade social. Tendo por referência os argumentos de Esping-Andersen (1990) - as políticas sociais diferenciam-se quanto aos níveis de desmercantilização e estratificação que promovem - e de Marshall (1965) - sobre a natureza dos benefícios (contributivo, quase-contributivo e não-contributivo) e os sentidos da solidariedade no financiamento da seguridade (entre trabalhadores, de empregadores para trabalhadores e do Estado para os trabalhadores) -, a autora mobiliza indicadores de três dimensões da seguridade (organização do seguro social compulsório, estrutura de financiamento da seguridade e limiares de tributação da folha de salários) para computar o que é denominado Índice de Solidariedade da Seguridade Social. São considerados com potencial alto de solidariedade, os sistemas que alcançam de 10 a 17 pontos; com potencial médio, os com 8 a 9 pontos; e com potencial baixo, os com 3 a 7 pontos.

O trabalho de Huber e Stephens (2005) tem como objeto os regimes de bem-estar. Sustenta-se em empiria mais ampla, abrangendo dados relativos à cobertura e gastos das políticas de seguridade, saúde e educação. Os autores ressaltam que fatores políticos e da economia política explicam o agrupamento dos regimes de bem-estar na região em quatro grupos (1, 2, 3 e 4), sendo os mais bem-sucedidos os do grupo 1 que, além de melhor desempenho em termos de cobertura, apresentam menores níveis de pobreza e desigualdade, altos níveis de capital humano, maior gasto social e distribuição progressiva de benefícios.

A classificação de Segura-Ubiergo (2007) é elaborada em trabalho cujo objetivo é explicar a existência (ou não) de *welfare state* na América Latina, destacando os fatores que explicariam tal construção histórica. A estratégia analítica é dividida em três etapas: na primeira, são distinguidos os casos de '*welfare state* desenvolvido', definidos como aqueles que apresentam 'esforço alto' em termos de maiores gastos nas políticas de saúde, educação, seguridade social e outros serviços públicos e maior cobertura na seguridade social, daqueles que apresentam 'esforço baixo', portanto, não possuiriam um *welfare state*. Para avaliar esse esforço, o autor analisa a evolução dos gastos no período 1973-2003 e classifica os países com base no "Índice de Esforço de *Welfare*". Na segunda etapa, são analisadas as condições para a emergência do *welfare state*, e o argumento é de que elas são de natureza econômica (duas trajetórias alternativas de desenvolvimento) e política (democracia, poder de partidos trabalhistas de esquerda). Por fim, na terceira etapa, o autor analisa três casos em profundidade.

Dando sequência ao trabalho de Segura-Ubiergo (2007), Cruz-Martínez (2014) amplia o Índice de Esforço do *Welfare*, mediante três procedimentos: inclusão de mais dois indicadores, além do nível de gastos; extensão do período de análise até

2010; e ampliação do universo. Seu objetivo é compor o Índice Multidimensional de *Welfare* (*Multidimensional Welfare Index* – MWI). Este é constituído por três índices, sendo o primeiro composto por indicadores de gastos; o segundo, por indicadores de cobertura em pelo menos um programa da seguridade; e o terceiro, por indicadores de resultado. Com base na pontuação obtida no MWI, o autor classifica os *welfare states* em três grupos: mais desenvolvidos, intermediários e menos desenvolvidos.

Inaugurando um novo enfoque nos estudos classificatórios, Uthoff, Vera e Ruedi (2006) incorporam a provisão de bem-estar por parte do mercado ou, de outra perspectiva, a ‘brecha’ de bem-estar a ser preenchida pelo Estado. Essa brecha é mensurada pela taxa de dependência formal, que é calculada pela divisão do número de indivíduos economicamente dependentes pelo número de trabalhadores formais. O argumento é de que a transição demográfica e a dinâmica do mercado de trabalho afetam o desenho e a trajetória dos sistemas de proteção social. Com base no resultado, os países são ordenados em três grupos, conforme o tamanho da brecha: maior, com 5 a 10 dependentes por trabalhador formal; moderada, com 4 a 5 dependentes; e menor, com até 4 dependentes.

Ampliando o conceito de ‘brechas de bem-estar’ de Uthoff, Vera e Ruedi (2006), Cecchini, Filgueira e Robles (2014) acrescentam à capacidade do mercado de trabalho na provisão de bem-estar a capacidade do Estado e das famílias. Para tanto, distinguem duas variáveis, sendo a primeira o PIB *per capita* e a (in) capacidade do mercado de trabalho de gerar ingressos adequados e o tamanho da população dependente e, a segunda, a capacidade e esforço que o país apresenta para enfrentar a referida brecha. Então, os países são distribuídos em três grupos, conforme o tamanho da brecha constatada: modesta, moderada e severa.

Na mesma trilha de Barrientos (2004), Martinez-Franzoni (2005, 2008), Marcel e Rivera (2008) e Cecchini, Filgueira e Robles (2014), o trabalho de Cantu (2015) abarca o *mix* público-privado na provisão de bem-estar, e sua argumentação faz eco aos trabalhos da década de 1990. Seu objetivo é avaliar as consequências das reformas das décadas de 1980 e 1990 e de seu arrefecimento, nos anos 2000, sobre o que é denominado regimes de proteção social. em seu entendimento, as reformas tornaram esses sistemas mais complexos, introduzindo, ao lado da participação do Estado, a participação do mercado como princípio da política social. Nas alterações processadas desde o final da década de 1990, o autor destaca as seguintes tendências: multiplicação dos programas de transferências condicionadas (PTC); estabilidade de matrículas do ensino primário no setor privado; estabilidade dos gastos privados com saúde; e manutenção da informalidade alta. Ao verificar que a tendência mais relevante foi a disseminação dos PTC, Cantu concorda com Barrientos (2004) e Martinez-Franzoni (2008), destacando que os regimes latino-americanos

Quadro 1. Tipologias com foco na provisão de bem-estar pelo Estado, por estudo e países da América Latina

Autor/ País ^(*)	Mesa-Lago (1985)	Mesa-Lago (2004)	Filgueira (2005) ^(*)	Huber, Stephens (2009)	Segura-Ulsergo (2007)	Barba (2007) ⁽²⁾	Barba (2007) ⁽³⁾	Barba (2019)	Prbble (2011)	Cruz-Martínez (2014)	Barbosa (2022)	Miranda (2023)	Gough (2004)
Argentina	Pioneiro	Pioneiro	Univ. estratificado ⁽⁴⁾	1	Alto	Univ.	Dual	Liberal re-universalizado.	Inc. ind. mobilizadora	Mais desenvolvido	Univ. maior esforço	Alta	--
Bolívia	Intermediário	Intermediário	Excluyente	3	Baixo	Excluyente	Excluyente	Excluyente	--	Menos desenvolvido	Híbrido	Alta	1
Brasil	Pioneiro	Pioneiro	Dual	2	Alto	Dual	Dual	Dual universalizado	Inc. ind. corporativista	Intermediário	Univ. maior esforço	Alta	1
Chile	Pioneiro	Pioneiro	Univ. estratificado	1	Alto	Univ.	Univ.	Liberal	Inc. ind. mobilizadora	Mais desenvolvido	Univ. menor esforço	Baixa	1
Colômbia	Intermediário	Intermediário	Dual	3	--	Dual	Dual	--	Inc. agrária inter-rompida	Menos desenvolvido	--	Alta	1
Costa Rica	Pioneiro	Pioneiro	Univ. igualitário	1	Alto	Univ.	Univ.	--	Inc. ind. mobilizadora	Intermediário	Univ. menor esforço	Alta	1
El Salvador	Reardatário	Reardatário	Excluyente	4	Baixo	Excluyente	Excluyente	Excluyente liberal	Agrário-excluyente	Menos desenvolvido	Individualista-re-sidual	Média	1
Equador	Intermediário	Intermediário	Excluyente	3	Baixo	Excluyente	Excluyente	Excluyente	Inc. agrária inter-rompida	Menos desenvolvido	--	Média	1
Guatemala	Reardatário	Reardatário	Excluyente	4	Baixo	Excluyente	Excluyente	Excluyente liberal	Agrário-excluyente	Menos desenvolvido	--	Baixa	3
Honduras	Reardatário	Reardatário	Excluyente	4	--	Excluyente	Excluyente	Excluyente liberal	--	--	Individualista-re-sidual	Baixa	1
México	Intermediário	Intermediário	Dual	2	Baixo	Dual	Dual	Dualismo institucionalizado.	Inc. ind. corporativista	Intermediário	--	Baixa	1
Nicarágua	Reardatário	Reardatário	Excluyente	4	--	--	--	--	Agrário-excluyente	--	--	Alta	3
Panamá	Intermediário	Intermediário	Dual	--	--	--	--	--	Inc. ind. corporativista	Intermediário	--	Média	--
Paraguai	Intermediário	Reardatário	--	--	Baixo	Excluyente	Excluyente	--	Inc. agrária inter-rompida	Menos desenvolvido	--	Média	1
Peru	Intermediário	Intermediário	Excluyente	3	Baixo	Excluyente	Excluyente	--	Inc. agrária inter-rompida	Menos desenvolvido	--	Média	1
R. Dominicana	Reardatário	Reardatário	--	--	Baixo	Excluyente	Excluyente	--	Agrário-excluyente	Menos desenvolvido	Individualista-re-sidual	Baixa	1
Uruguai	Pioneiro	Pioneiro	Univ. estratificado	1	Alto	Univ.	Univ.	Universalista	Inc. ind. mobilizadora	Mais desenvolvido	Univ. maior esforço	Alta	1
Venezuela	Intermediário	Intermediário	Dual	3	Baixo	Dual	Excluyente	--	--	Intermediário	--	Média	1

Fonte: Elaboração com base nos estudos analisados.

Nota: (1) Por aparecerem em apenas duas ou três tipologias, foram excluídos Cuba, Haiti e Porto Rico; (2) Período até final da década de 1970; (3) Período a partir de 1980; (4) Abreviaturas: Univ. Universalista; Prot. Proteção; Inc. Ind. Incorporação Industrialista; Insitit. Institucionalizado...

Quadro 2. Tipologias com foco na provisão de bem-estar pelo Estado, famílias e ou mercado, por estudo e países da América Latina

Autor/ País ⁽¹⁾	Cecchini, Filgueira e Robles (2014)	Franzoni-Martínez (2005)	Franzoni-Martínez (2008)	Cantrí (2015)	Marcel e Rivera (2008)	Rudna (2008)	Uthoff, Vera e Ruedi (2006)
	Estado, mercado, famílias					Estado e Mercado	Mercado
Argentina	Modesta	Mercadocêntrico	Estado produtivista	Liberal moderado	Estado bem-estar potencial	Dual	Menor
Bolívia	Severa	--	Alamente familista	Excludente familiarista	Dual	Protecionista	Maior
Brasil	Modesta	--	Estado protetcionista	Liberal moderado	Estado bem-estar potencial	Dual	Menor
Chile	Modesta	Mercadocêntrico	Estado produtivista	Liberal radical	Estado bem-estar potencial	Produtivista	Menor
Colômbia	Moderada	--	Medianamente familista	Excludente familiarista	Dual	Produtivista	--
Costa Rica	Modesta	Estadocêntrico	Estado protetcionista	Liberal moderado	Estado bem-estar potencial	Produtivista	Menor
El Salvador	Severa	Mercadocêntrico com Estado focalizado	Medianamente familista	Excludente migratório	Informal-desestatizado	Protecionista	Maior
Equador	Moderada	--	Medianamente familista	Excludente familiarista	Conservador-familista	--	--
Guatemala	Severa	Mercadocêntrico com Estado focalizado	Medianamente familista	Excludente familiarista	Informal-desestatizado	--	Maior
Honduras	Severa	--	Alamente familista	Excludente migratório	Informal-desestatizado	--	Maior
México	Moderada	Mercadocêntrico	Estado protetcionista	Liberal radical	Conservador-familista	Dual	Moderada
Nicarágua	Severa	Mercadocêntrico com Estado focalizado	Alamente familista	Excludente migratório	Informal-desestatizado	--	Maior
Panamá	Modesta	--	Estado protetcionista	Excludente familiarista	Dual	Produtivista	Moderada
Paraguai	Severa	--	Alamente familista	Excludente familiarista	Informal-desestatizado	Produtivista	Maior
Peru	Moderada	--	Medianamente familista	Excludente familiarista	Informal-desestatizado	--	Maior
R. Dominicana	Moderada	--	Medianamente familista	--	--	Protecionista	Maior
Uruguai	Modesta	Estadocêntrico	Estado protetcionista	Liberal moderado	Estado bem-estar potencial	Dual	Menor
Venezuela	Modesta	--	Medianamente familista	Excludente familiarista	Conservador-familista	--	Moderada

Fonte: Elaboração com base nos estudos analisados.

convergir para o tipo liberal-informal e podem ser classificados conforme o papel desempenhado pelo Estado, mercado e famílias, dentre outros fatores. A análise dos dados retorna quatro grupos de regimes, classificados como: liberal moderado, liberal radical, excludente familiarista e excludente migratório.

Destacados os fundamentos teóricos e empíricos dos 19 estudos que apontam a variação dos regimes de bem-estar latino-americanos, são apresentadas, nos Quadros 1 e 2, as 21 classificações neles propostas, dado que dois estudos (Filgueira 2005; Barba 2007) mobilizam a mesma tipologia para classificar os regimes em dois períodos distintos. Observa-se que, no primeiro quadro, estão as tipologias que têm como foco apenas a provisão estatal e, no segundo, as que abarcam as provisões feitas pelo mercado e as famílias, isoladamente ou junto com as provisões estatais.

Nos quadros 1 e 2, observa-se que países que ocupam a primeira posição em dada classificação podem aparecer em posições secundárias em outras e vice-versa. Essa variação não surpreende, dado que os estudos possuem escopo diferenciado (Estado, mercado e ou famílias) e, como será visto na próxima seção, focam dimensões diferentes dos provedores (gasto, configuração das provisões). Mas verifica-se que as classificações que têm como foco a provisão estatal tendem a reproduzir o ordenamento dado aos países por Mesa-Lago ainda na década de 1980, no qual Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai, são classificados no primeiro tipo (pioneiro); El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana, no último tipo (retardatário); e os demais ficam nas classes intermediárias. Esse fato não surpreende, considerando, primeiro, a centralidade das políticas que compõem a seguridade social nos regimes de bem-estar; segundo, o peso do legado histórico na (re)configuração das políticas sociais, como argumenta Esping-Andersen (1999); terceiro, como destacado em diversos estudos, as reformas realizadas a partir de 1980 afetaram esse legado na mesma direção (mercantilização e ou familiarização do bem-estar); e, por fim, e em conexão com as razões precedentes, o fato de que a grande maioria das classificações se sustenta em dados relativos à cobertura e gastos, nos quais as políticas de seguridade social predominam, como detalhado na próxima seção.

Níveis de desmercantilização e estratificação dos regimes e de consensos em torno das medidas de classificação

Nesta seção, o objetivo é avaliar se as diferentes classificações permitem distinguir variações no nível de desmercantilização e estratificação promovidos pelos regimes de bem-estar na América Latina e o nível de consenso em torno das medidas de desempenho mobilizadas.

Quadro 3. Estudos pelo padrão de provisão do bem-estar e referência cronológica dos dados empíricos.

Estudos	Padrão de provisão			Referência empírica
	Estado	Mercado	Famílias	
Filgueira (2005)	X	--	--	1970-90
Barba (2007)	X	--	--	1970-90
Huber e Stephens (2005)	X	--	--	1970-2000
Segura-Ubiergo (2007)	X	--	--	1973-2003
Cruz-Martínez (2014)	X	--	--	1973-2010
Mesa-Lago (1985)	X	--	--	1980
Pribble (2011)	X	--	--	1990-2000
Gough (2004)	X	--	--	2000
Mesa-Lago (2004)	X	--	--	2002
Barbosa (2022)	X	--	--	2000-2015
Barba (2019)	X	--	--	2017
Miranda (2023)	X	--	--	2022
Uthoff, Vera e Ruedi (2006)	--	X	--	2002
Rudra (2008)	X	X	--	1990
Martinez-Franzoni (2005)	X	X	X	Sem informação
Marcel e Rivera (2008)	X	X	X	1990-2000
Martinez-Franzoni (2008)	X	X	X	1998-2003
Cecchini, Filgueira e Robles (2014)	X	X	X	2006-2012
Cantu (2015)	X	X	X	2008-2012

Fonte: Elaboração com base nos próprios estudos.

As informações elencadas no Quadro 3 fornecem subsídios para as respostas, indicando o provedor de bem-estar que é foco dos 19 estudos e seu período de referência empírica.

A referência empírica dos 19 estudos classificatórios é ampla, iniciando-se na década de 1970, com três estudos, e terminando na década de 2020, com o estudo de Miranda (2023), sendo que a maioria abarca as décadas de 1990 e 2000. No que se refere ao provedor, 12 têm como foco as provisões do Estado, e cinco, as do Estado, mercado e famílias; as provisões garantidas pelo Estado e mercado e apenas pelo mercado são objeto de um estudo cada uma. No Quadro 4, são listados os indicadores mobilizados nas diferentes dimensões analisadas (gasto, configuração, resultados, outras) dos três provedores (Estado, mercado e famílias).

Como pode ser observado, a provisão estatal é a que possui dimensões mais frequentemente mensuradas: dos 19 estudos, apenas dois não mobilizam

Quadro 4. Dimensões dos indicadores mobilizados nos 19 estudos sobre os regimes de bem-estar em países da América Latina

Autor	Gastos			Configuração		Famílias	Resultados	Outros
	Estado ⁽¹⁾	Mercado	Famílias	Estado	Mercado			
Mesa-Lago (1985)	Seguridade	--	--	Cobertura seguridade	--	--	--	Razão ativo/passivo, estratificação, alíquotas contribuição
Mesa-Lago (2004)	Seguridade	--	--	Cobertura, benefícios, afiliados e contribuintes da seguridade	--	--	Incidência da pobreza	Regime financeiro: superavit ou déficit; razão ativo/passivo
Gough (2004)	--	--	--	--	--	--	Expectativa de vida, pobreza, analfabetismo adulto	--
Filgueira (2005)	Gasto social	--	--	Cobertura seguridade e vacinal, matrículas escolares	--	--	Mortalidade infantil, expectativa de vida, pobreza, escolaridade	Estratificação dos benefícios
Huber, Stephens (2005)	Gasto social	--	--	Cobertura seguridade e educação	--	--	--	--
Uthoff, Vera e Ruedi (2006)	--	--	--	--	Taxa dependência, emprego	--	--	--
Barba (2007)	Gasto social	--	--	Cobertura da seguridade e educação	Emprego e subemprego	--	Mortalidade infantil; pobreza rural, urbana e total; esperança de vida ao nascer analfabetismo	Heterogeneidade emocultural
Barba (2019)	--	--	--	Cobertura saúde, transferência renda, políticas de cuidado	--	--	Taxa de pobreza	Coesão social, estratificação
Segura-Ubiergo (2007)	Seguridade, educação	--	--	--	--	--	--	--
Martínez-Franzoni (2005)	Gasto social <i>per capita</i>	--	--	Cobertura, tipos e acesso a políticas sociais	Mercado trabalho, perfil mulher trabalhadora	Tipos de família, remessas do exterior	--	Configuração demográfica
Martínez-Franzoni (2008)	Saúde e educação	--	Saúde e educação	Cobertura seguridade e educação	População dependente, emprego público, mercado trabalho	Tipos de família, remessas do exterior	Mortalidade infantil, escolaridade, homicídio, trabalho infantil	População rural, PIB <i>per capita</i> , afiliados à seguridade
Rudra (2008)	Seguridade, educação	Salários	--	Cobertura vacinal	Emprego público, mercado trabalho	--	Mortalidade infantil, alfabetização	Adesão a convenções da OIT
Marcel e Rivera (2008)	Seguridade, educação	Seguridade	Saúde	Tipos de benefício da seguridade	Emprego público, informalidade, seguros corporativos	Remessas do exterior, tipos de família, trabalho das mulheres	Níveis de bem-estar	Acesso, valor e reformas pensões, custo criminalidade
Pribble (2011)	--	--	--	Cobertura seguridade; matrículas escolares	--	--	Mortalidade, morbidade, evasão escolar	--
Cruz-Martínez (2014)	Gasto social, gasto público	--	--	Cobertura seguridade, leitos hospitalares	--	--	Mortalidade infantil; escolaridade nível superior	--
Cecchini, Filgueira e Robles (2014)	Gasto social	--	Saúde	Cobertura pensões e saúde; matrículas escolares	Emprego, desemprego e inatividade	Remessas do exterior	Trabalho infantil	PIB <i>per capita</i> , arrecadação
Canu (2015)	Seguridade, educação	--	Saúde	Cobertura seguridade, matrículas escolares	Matrículas ensino privado, previdência privada, informalidade	Trabalho mulheres, tipos de família, remessas do exterior, domicílios pobres	Expectativa de vida ao nascer, escolaridade, GINI, pobreza	PIB <i>per capita</i> , dívida, reformas, regime político, arrecadação
Barbosa (2022)	Seguridade, educação	--	--	--	--	--	--	Diferença GINI
Miranda (2023)	Gasto social	--	--	--	--	--	--	Regras organização e financiamento da seguridade

Fonte: Elaboração com base nos próprios estudos.

indicadores relativos às políticas sociais. Considerando que a classificação dos países nas diferentes tipologias se sustenta em seu desempenho nesses indicadores, isoladamente ou junto com variáveis qualitativas, e que eles são, por definição, indicadores de desmercantilização da força-de-trabalho, pode-se considerar que os estudos permitem, sim, apreender níveis diferenciados desse efeito das políticas sociais na região. O efeito de estratificação dessas políticas, por outro lado, que também compõe a segunda pergunta deste estudo, foi objeto de preocupação explícita apenas nos trabalhos de Mesa-Lago (1985, 2004) e Filgueira (2005). Mas pode-se considerar que ambos oferecem respostas consistentes à questão, dando destaque justamente à política em que há maior estratificação dos benefícios, a seguridade, que, por isso, reforça a estratificação social. Para Mesa-Lago, essa estratificação é maior nos sistemas pioneiros (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai), menor nos intermediários e praticamente inexistente nos retardatários. Entre os pioneiros, Filgueira classifica Argentina, Chile e Uruguai como universalistas estratificados, Costa Rica como universalista igualitário e o Brasil como dual, destacando que as reformas dos anos 1980 e 1990 alteraram a configuração desses sistemas.

A resposta à terceira questão desta pesquisa foi antevista na seção precedente, mas as informações do Quadro 4 a complementam: apenas um estudo não abordou algum aspecto das provisões estatais (gasto, configuração ou resultados); nos 17 estudos que abordaram configuração e ou gastos, verifica-se alto consenso em torno dos indicadores, especificamente, gasto social como percentual do PIB e ou gasto com políticas específicas; para mensurar a configuração da provisão estatal, praticamente todos eles utilizam indicadores de cobertura das políticas sociais.

Sendo o mercado e as famílias os provedores de bem-estar considerados em um número menor de estudos, verifica-se menor frequência dos indicadores de gastos e configuração das respectivas provisões e menor consenso em torno deles. No que se refere ao mercado, os indicadores de gastos possuem natureza diferente (salários pagos e contribuições para seguridade); nos indicadores de configuração, verifica-se certa recorrência daqueles relativos a mercado de trabalho (emprego, informalidade), mas a variação é grande. No que se refere às famílias, também se verifica grande variação, havendo certa recorrência de indicadores relativos a gastos privados com saúde e, no que se refere à configuração, os relacionados a remessas do exterior. Por fim, cabe destacar que, embora nem sempre explicitada, a dimensão ‘resultados’ (ou efeitos) das políticas sociais é objeto da atenção da maioria dos estudos (11).

Conclusão

A análise dos estudos comparativos baseados em variáveis sobre os regimes de bem-estar latino-americanos mostra um avanço significativo em termos de compreensão da provisão garantida pelos Estados, seja isoladamente, seja junto com o mercado e as famílias.

O foco exclusivo nas provisões estatais remonta à década de 1970 e ganhou densidade analítica e empírica nas décadas seguintes, seja explicando o desenho assumido nos diferentes países, com base em variáveis qualitativas e quantitativas, seja apenas classificando os regimes segundo o desempenho por eles alcançado nas diferentes dimensões. No conjunto, essa literatura oferece respostas consistentes e relativamente consensuais a perguntas clássicas sobre a configuração e efeitos das políticas sociais, dentre outras, os níveis em que desmercantilizam a força-de-trabalho, ou desfamiliarizam a provisão do bem-estar, e reforçam ou mitigam a estratificação instituída pelo mercado. O foco nas provisões garantidas pelo mercado e famílias, acrescidas ou não às provisões garantidas pelos Estados, por outro lado, é mais recente, situando-se, em sua maioria, nas duas últimas décadas. Em termos gerais, observa-se, nesses estudos, relativo dissenso sobre quais são e como medir as provisões de bem-estar advindas dessas duas instâncias, em especial, as do mercado, o que indica a necessidade de mais pesquisas nessas dimensões consideradas relevantes e explicativas do caso latino-americano.

A despeito da incipiência, as análises focadas nas provisões garantidas pelo Estado, mercado e famílias representam avanços importantes nessa agenda de pesquisa. Além de recuperar contribuições teóricas e atualizar empiricamente os trabalhos precedentes, corroboram seus achados, destacadamente os seguintes: os regimes de bem-estar latino-americanos se caracterizam pela universalização das políticas sociais em níveis muito heterogêneos, portanto, seus efeitos de desmercantilização da força de trabalho (e seu resultado em termos de desfamiliarização do bem-estar) e estratificação são muito diversos, o que impossibilita afirmar a existência de um único tipo de regime de bem-estar na região; o setor privado passou a cumprir papel-chave na produção do bem-estar a partir da década de 1980, denotando (re)mercantilização do bem-estar; a informalidade no mercado de trabalho aumentou, acrescentando novos recortes à estratificação instituída pelas políticas sociais; a participação das famílias no preenchimento das lacunas deixadas pelo Estado ou pelo mercado é significativa. Dito de outra maneira, o nível de familiarização do bem-estar é bastante elevado em alguns países da região e se faz de forma precária, ancorada no trabalho das mulheres e remessas de recursos do exterior.

Destacam-se, por fim, duas importantes lacunas nessa agenda de pesquisa, as quais, como a incipiência do consenso conceitual e metodológico na análise das provisões de bem-estar advindas do mercado e das famílias, estimulam novas investigações. A primeira está relacionada à participação das empresas na provisão do bem-estar, compondo o *welfare* ‘corporativo’ ou ‘ocupacional’, a que se referem Esping-Andersen (1990) e Titmuss (1974), respectivamente, que é pontualmente contemplado apenas no estudo de Marcel e Rivera (2008). A segunda lacuna refere-se à participação estatal na provisão do bem-estar que se faz mediante renúncias fiscais, que Titmuss (1974) denomina “*welfare* fiscal”. Dada a prevalência da proteção aos trabalhadores formais nas provisões estatais e o fato de que, em alguns países, o *welfare* ocupacional frequentemente se desdobra em renúncias fiscais, semelhantes às concedidas a pessoas físicas, essas lacunas sugerem que talvez a contribuição do Estado para a desmercantilização da força-de-trabalho (formal) e a estratificação social seja maior que a anunciada nos estudos aqui analisados.

Referências

- Andrade, Fabrício. 2012. “Regimes de proteção social na América latina: modelos e tendências recentes”. *Emancipação* 12 (1): 21-33.
<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/2676>
- Barba, Carlos. 2007. “América Latina: regímenes de bienestar em transición durante los años noventa”. *Cadernos CRH* 20 (50): 197-211.
<https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000200002>
- 2019. “Welfare regimes in Latin America: Thirty years of social reforms and conflicting paradigms”. Em *Welfare and Social Protection in Contemporary Latin America*, editado por Gibrán Cruz-Martínez, 29-58. Londres: Routledge.
https://www.academia.edu/79477893/2_Welfare_regimes_in
- Barbosa, Pedro. 2022. “A economia política dos Estados de bem-estar tardios sob a globalização: uma comparação entre América Latina e Leste Asiático”. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Barrientos, Armando. 2004. “Latin America: towards a liberal-informal welfare regime”. Em *Insecurity and welfare regimes in Asia, Africa and Latin America: Policy in development contexts*, editado por Ian Gough e Geof Wood, 121-169. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cantu, Rodrigo. 2015. “Depois das reformas: os regimes de proteção social latino-americanos na década de 2000”. *Revista de Sociologia e Política* 23 (56): 45-73.
<https://doi.org/10.1590/1678-987315235603>

- Cecchini, Simone, Fernando Filgueira e Claudia Robles. 2014. *Social protection systems in Latin America and the Caribbean: a comparative view*. Santiago de Chile: ONU.
- Cruz-Martínez, Gibran. 2014. “Welfare state development in Latin America and the Caribbean (1970s–2000s): Multidimensional welfare index, its methodology and results”. *Social Indicators Research* 119 (3): 1295-1317. <https://doi.org/10.1007/s11205-013-0549-7>
- 2019. “Comparative social policy in contemporary Latin America: concepts, theories and a research agenda”. Em *Welfare and social protection in contemporary Latin America*, editado por Gibran Cruz-Martínez, 3-28. Nueva York: Routledge.
- Draibe, Sonia, e Manuel Riesco. 2011. “Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação?”. *Sociologias* 13 (27): 220-254. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200009>
- Esping-Andersen, Gøsta. 1990. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- Esping-Andersen, Gøsta. 1991. “As Três Economias Políticas do Welfare State”. *Lua Nova* 24: 90-116. <https://lc.cx/mQBDHw>
- 1999. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford: Oxford University Press.
- Filgueira, Fernando. 2005. *Welfare and democracy in Latin America: The development, crises and aftermath of universal, dual and exclusionary social states*. Ginebra: ONU.
- Fiori, José Luís. 1997. “Estado de bem-estar social: padrões e crises”. *Physis Revista Saúde Coletiva* 7 (2): 129-147. <https://doi.org/10.1590/S0103-73311997000200008>
- Fleury, Sônia, e Carlos Molina. 2002. “Modelos de protección social”. <https://lc.cx/B8wqDU>
- George, Alexander, e Andrew Bennett. 2005. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press.
- Gough, Ian. 2004. “Welfare regimes in development contexts: a global and regional analysis”. Em *Insecurity and welfare regimes in Asia, Africa and Latin America: Policy in development contexts*, editado por Ian Gough e Geof Wood, 15-48. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huber, Eveline, e John Stephens. 2009. “Successful social policy regimes? Political economy, politics, and the structure of social policy in Argentina, Chile, Uruguay, and Costa Rica”. Em *Democratic Governance in Latin America*, editado por Scott Mainwaring e Timothy Scully, 155-209. California: Stanford University Press.

- Marcel, Mario, e Elizabeth Rivera. 2008. "Regímenes de bienestar en América Latina". Em *Redes, estado y mercado. Soportes de la cohesión social latinoamericana*, editado por Eugenio Tironi, 151-226. Santiago de Chile: Uqbar Editores.
- Marshall, T. H. 1965. *Social Policy*. London: Hutchinson University Library.
- Martinez-Franzoni, Juliana. 2005. "Regímenes de bienestar en América Latina: consideraciones generales e itinerários regionales". *Revista Centroamericana de Ciências Sociais* 2 (2): 41-78. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3234435>
- 2008. "Welfare regimes in Latin America: capturing constellations of markets, families, and policies". *Latin American Politics and Society* 50 (2): 67-100. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1548-2456.2008.00013.x>
- Mesa-Lago, Carmelo. 1985. *El desarrollo de la seguridad social em America Latina*. Santiago de Chile: ONU.
- 2004. *Las reformas de pensiones em la América Latina y su impacto em los principios de la seguridad social*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Mejía-Ortega, Luz, e Álvaro Franco-Giraldo. 2007. "Protección social y modelos de desarrollo em América Latina". *Revista de Salud Pública* 9 (3): 471-483. <http://www.scielo.org.co/pdf/rsap/v9n3/v9n3a16.pdf>
- Miranda, Geralda. 2023. "A solidariedade na seguridad social latino-americana em perspectiva comparada". *Mundos Plurales. Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública* 10 (2): 133-158. <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.2.2023.6038>
- Pribble, Jennifer. 2011. "Worlds apart: Social policy regimes in Latin America. Studies". *Comparative International Development* 46 (2): 191-216. <https://doi.org/10.1007/s12116-010-9076-6>
- Rudra, Nita. 2008. *Race to the bottom in developing countries: Who really gets hurts?* Cambridge: Cambridge University Press.
- Segura-Ubiergo, Alex. 2007. *The political economy of the welfare state in Latin America: Globalization, democracy, and development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Steffen, Mariana, e Soraya Côrtes. 2018. "Understanding social protection systems in Latin America and the Caribbean: Typologies and efforts of classification". *Sociology Compass* 12 (11): e12634. <https://doi.org/10.1111/soc4.12634>
- Titmuss, Richard. 1974. *Social Policy*. Londres: Allen and Unwin.
- Uthoff, Andras, Cecilia Vera e Nora Ruedi. 2006. *Relación de dependencia del trabajo formal y brechas de protección social em América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile: CEPAL.